



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 62/2015 (Autoria do Deputado Professor Lemos)

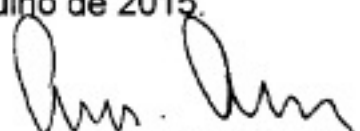
Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná da Festa do Leitão ao Fogo de Chão, realizada anualmente no mês de maio, no Município de Serranópolis do Iguaçu.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Leitão ao Fogo de Chão, caracterizado como prato típico oficial da Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima, realizada anualmente no mês de maio, no Município de Serranópolis do Iguaçu.

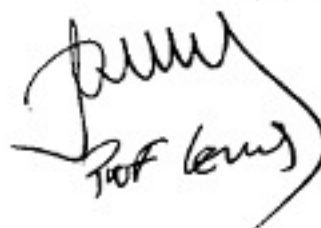
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


Prof Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 25/2015

Aprovação da prestação
de contas do Tribunal de
Contas do Estado do
Paraná referente ao
exercício de 2012.

Art. 1º Aprova a prestação de contas do Tribunal de
Contas do Estado do Paraná referente ao exercício de 2012.


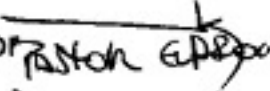
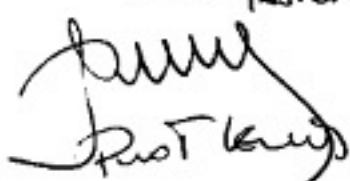
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2015.


HUSEN

FIAS


ALEXANDRE CURT
Presidente


Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2015

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 25 FEV. 2015

Quanto
1º Secretário

SÚMULA: Altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 184 de 2015, incluindo o Município de Formosa do Oeste na Região Metropolitana de Toledo.

Art. 1º. Fica alterado o Artigo 1º da Lei Complementar nº 184 de 12 de janeiro de 2015, passando a vigorar da seguinte redação:

“Art. 1º Fica Instituída na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Toledo, constituída pelos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Tupãssi e Formosa do Oeste”.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de fevereiro de 2015.

Professor Lemos
PROFESSOR LEMOS

Dep. Estadual

Schlaivinato
SCHLAIVINATO

Dep. Estadual

Ademir Bier
ADEMIR BIER

Dep. Estadual

Elio Rusch
ELIO RUSCH

Dep. Estadual

JUSTIFICATIVA



Inicialmente, a proposição está fundamentada no artigo 124 do Regimento Interno desta Casa, corroborado com os artigos 65 e 25 § 3º da CF/88 e artigo 21 da Constituição Estadual.



O presente Projeto de Lei Complementar visa incluir na Região Metropolitana de Toledo o município de Formosa do Oeste, situado no Estado do Paraná.

O Município de Formosa do Oeste este diretamente ligado ao Município de Toledo e região como um todo, tanto historicamente quanto geograficamente.

Desta forma, a pretendida integração busca o desenvolvimento do Município de Formosa do Oeste, permitindo o acesso aos benefícios, que somente os municípios que fazem parte de regiões metropolitanas conseguem, tais como financiamentos e subsídios com valores diferenciados.

Sendo assim, por todo o delineado, é que solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida  voltar 

Exibir Ato

 Página para Impressão

Lei Complementar 184 - 12 de Janeiro de 2015

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 9369 de 13 de Janeiro de 2015

Súmula: Instituição da Região Metropolitana de Toledo e adoção de outras providências.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Institui, na forma do § 3º do art. 25 da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Toledo, constituída pelos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa e Tupãssi.

Art. 2.º A Região Metropolitana de Toledo terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Deliberativo constituir-se-á de cinco membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice apresentada pelo Prefeito de Toledo e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana e de três representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3.º Compete ao Conselho Deliberativo:

I – prover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II – coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4.º Compete ao Conselho Consultivo:

I – opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II – sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5.º Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos Municípios que integram a Região:

I – planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II – saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III – uso do solo metropolitano;

IV – transportes e sistema viário;

V – aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental;



VI – outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado – PDRI.

Art. 6.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 12 de janeiro de 2015.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano

Duílio Genari
Deputado Estadual

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



APROVADO
À Diretoria Legislativa.

Em, 03 MAR. 2015

Pranto
1º Secretário

Adiada a discussão, na forma
do Regimento interno.

Em, 02 MAR. 2015

Pranto
1º Secretário

REQUERIMENTO

Regime de Urgência para tramitação e
votação do Projeto de Lei Complementar
nº 13/2015.

Senhor Presidente,

O Deputado abaixo assinado requer, após ouvido o soberano Plenário,
REGIME DE URGÊNCIA para tramitação e votação do Projeto de Lei Complementar
nº 13/2015, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Schiavinato, Ademir Bier e
Elio Rusch, que visa alterar o artigo 1º da Lei Complementar nº 184 de 2015,
incluindo o Município de Formosa do Oeste na Região Metropolitana de Toledo.

Sala das Sessões, 2 de março de 2015.

Professor Lemos
Professor Lemos
Deputado Estadual

Schiavinato
Schiavinato
Deputado Estadual

Ademir Bier
Ademir Bier
Deputado Estadual

Elio Rusch
Elio Rusch
Deputado Estadual

note-se e encaminhe-se
Para Providências
DL. 04/03/15

[Assinatura]



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2015

Projeto de Lei nº 13/2015

Autores: Deputados Professor Lemos, Schiavinato, Ademir Bier e Elio Rusch

Súmula: Altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 184 de 2015, incluindo o Município de Formosa do Oeste na Região Metropolitana de Toledo.

EMENTA: ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 184 DE 2015, INCLUINDO O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE TOLEDO - ART. 22 E 65 CE. ART. 25 DA CF. LEI COMPLEMENTAR 111/2005. POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Professor Lemos, Schiavinato, Ademir Bier e Elio Rusch, têm por objetivo alterar o artigo 1º da Lei Complementar nº 184 de 2015, incluindo o Município de Formosa do Oeste na Região Metropolitana de Toledo.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do



Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O artigo 22 da Constituição Estadual estabelece que a organização das regiões metropolitanas devem adequar-se as diretrizes do Estado, senão vejamos:

Art. 22 - O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverão adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

Verificando a nossa Carta Magna, em seu artigo 25 e no §3º, constatamos que a mesma dispõe de autonomia para que os Estados sigam as suas Constituições, bem como, sucessivamente, através de legislação complementar o Estado estabelece e normatiza as regiões metropolitanas, que segue:

Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (Grifo nosso).

A iniciativa para a proposição das leis complementares está inserida no artigo 65 da Constituição Estadual, o qual se observa:



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(Grifo nosso)

A Lei Complementar 111 de 11 de Agosto de 2005 disciplina a organização das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná, vejamos;

Art. 1º. Os princípios para a criação e a delimitação das unidades regionais mencionadas no artigo 25 da Constituição Federal a 21 e 26 da Constituição Estadual, para integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas, far-se-ão conforme disposto nesta lei

Art. 2º - A ampliação da Região Metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:

- I – Evidência ou tendência de conturbação;**
- II – Necessidade de organização, planejamento e execuções de funções públicas de interesse comum;**
- III – existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.**

O presente Projeto de Lei Complementar quer alterar o artigo 1º da Lei Complementar nº 184 de 2015, incluindo o Município de Formosa do Oeste na Região Metropolitana de Toledo, passando a vigorar a seguinte redação:



"Art. 1º Fica instituída na forma do art. 25, §3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Toledo, constituída pelos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Tupãssi e **Formosa do Oeste.**"

Vislumbra-se que o nobre Deputado detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei Complementar, e que a proposição atende os requisitos legais.

Por orientação da Secretaria do Desenvolvimento Urbano – Sedu, apresenta-se o presente Substitutivo Geral para que o Município de Formosa do Oeste seja incluído na Região Metropolitana de Cascavel e não de Toledo.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra, óbice nos requisitos da **Lei Complementar federal nº 95/98**, bem como, **no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014**, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na forma do Substitutivo Geral anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de março de 2015.

DEP. NELSON JUSTUS
Presidente

DEP. FERNANDO SCANAVACA
Relator

APROVADO

17.03.15

Francischini

Zimondi



SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2015

Súmula: Altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 186 de 12 de janeiro de 2015, incluindo o Município de Formosa do Oeste na Região Metropolitana de Cascavel.

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Complementar nº 186 de 12 de janeiro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º Institui, na forma do § 3º do art. 25 da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos Municípios de Cascavel, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Jesuítas, Iracema do Oeste, Nova Aurora, Anahy, Iguatu, Cafelândia, Campo Bonito, Catanduvas, Céu Azul, Ibema, Guaraniaçu, Diamante do Sul, Corbélia, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Matelândia, Capitão Leônidas Marques, Três Barras do Paraná, Vera Cruz do Oeste e Formosa do Oeste."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de março de 2015.

DEP. NELSON JUSTUS
Presidente

DEP. FERNANDO SCANAVACA
Relator

APROVADO

17.03.15

Francisconi
Luis Pauli



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Assuntos Metropolitanos



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/15

Projeto de Lei Complementar nº. 13/2015

Autor: Dep. Professor Lemos, Dep. Schiavinato, Dep. Ademir Bier e Dep. Elio Rusch

***Súmula:** Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 184/2015, incluindo o Município de Formosa de Oeste na Região Metropolitana de Toledo.*

EMENTA: ALTERA O ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 184/2015, INCLUINDO O MUNICÍPIO DE FORMOSA DE OESTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE TOLEDO. POSSIBILIDADE. ADEQUAÇÃO. ART. 33-Q DO REGIMENTO INTERNO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria conjunta dos Deputados Professor Lemos, Schiavinato, Ademir Bier e Elio Rusch, tem por objeto a inclusão do Município de Formosa do Oeste, na Região Metropolitana de Toledo – PR. Anteriormente à submissão a esta comissão, o referido projeto já teve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, através do voto favorável na forma do substitutivo geral apresentado pelo relator Deputado Fernando Scanavaca.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Assuntos Metropolitanos



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que trata-se de inclusão de Município em Região Metropolitana já existente, razão pela qual não o caso de se aplicar a Lei Federal 13.089/2015, que se constitui no estatuto da Metrópole.

Nada obstante, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-Q, assim dispõe:

Art. 33-Q. Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas dos municípios do Estado do Paraná.

Desta feita, o presente projeto de lei, em especial por prever adesão de município à Região Metropolitana já existente, merece análise desta d. Comissão de Assuntos Metropolitanos.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento e alinhamento às normas que regem a constituição do sistema financeiro do Estado.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto nos arts. 1º e 2º da Lei Complementar 111/2005 que dispõe sobre a criação, ampliação e funcionamento das Regiões Metropolitanas, senão vejamos:

Art. 1º. Os princípios para a criação e a delimitação das unidades regionais mencionadas no artigo 25 da Constituição Federal a 21 e 26 da Constituição Estadual, para integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas, far-se-ão conforme disposto nesta lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Assuntos Metropolitanos



Art. 2º. A ampliação da Região Metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência.

I - evidência ou tendência de conturbação;

II - necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;

III - existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.

§ 1º. O território da Região Metropolitana será automaticamente ampliado em razão de fusão ou incorporação de qualquer município integrante daquela unidade organizacional, com município adjacente ali não referido, ou de Distritos deles emancipados.

§ 2º. Para efeito de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum afetas a dois ou mais municípios integrantes do espaço territorial metropolitano e que exijam ação conjunta dos entes públicos, a Região Metropolitana poderá ser dividida em sub-regiões, devendo, para tanto, formar consórcios intermunicipais.

(...)

Ora, resta evidente a possibilidade de se efetivar a ampliação da região metropolitana em comento, através da inclusão do Município de Formosa do Oeste, tendo em vista o cumprimento dos requisitos para tanto..

Portanto, os requisitos exigidos para a aprovação na presente comissão de assuntos metropolitanos restam cumpridos, vez que atinentes à disposições constitucionais e legais existentes que regulam o tema.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Assuntos Metropolitanos



Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar nesta Comissão de Assuntos Metropolitanos, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa.

Sala das Comissões, 23 de março de 2015.


Dep. Estadual TIAGO AMARAL

RELATOR


Dep. Estadual ALEXANDRE GUIMARÃES
PRESIDENTE


Dep. Prof. Renato


Dep. Nereu


Dep. Carlos



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2015

Projeto de Lei Complementar nº: 13/2015

Autores: Deputado Professor Lemos, Deputado Schlavinato, Deputado Ademir Bier e Deputado Elio Rusch

Súmula: *Dispõe sobre a alteração do art. 1º da Lei Complementar nº 184, de 2015, incluindo o município de Formosa do Oeste na Região Metropolitana de Toledo.*

Do Relatório

Trata-se de proposição de autoria dos Deputados Estaduais Professor Lemos, Schiavinato, Ademir Bier e Elio Rusch, cujo objetivo é alterar o art. 1º da Lei Complementar nº 184, de 2015, incluindo o município de Formosa do Oeste na Região Metropolitana de Toledo.

Ao ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a orientação da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, foi apresentado Substitutivo Geral para incluir o Município de Formosa do Oeste à Região Metropolitana de Cascavel, restando favorável o parecer daquela Comissão.

É o breve relatório.

Da Fundamentação

Primeiramente, insta ressaltar que conforme previsão regimental compete à Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais



Municipais, manifestar-se acerca de proposições que versem sobre Regiões Metropolitanas, *in verbis*:

Art. 33-L Compete à Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais:

(...)

VI - manifestar-se sobre proposições relacionadas ao desenvolvimento urbano, às regiões metropolitanas, às aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como àquelas relacionadas à habitação e transporte coletivo.

Assim, tendo sido convocada a se manifestar, esta Comissão passa a analisar a referida proposta.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que os Estados, mediante lei complementar, podem instituir regiões metropolitanas constituídas de municípios limítrofes, com o fito de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, *in verbis*:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

(...)

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios

Praça Nossa Senhora da Salete, s/n

Gabinete 502 – 5º andar – CEP: 80530-911 – Fone: (41)3350-4252

Site: www.tiaomedeiros.com.br – E-mail: contato@tiaomedeiros.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais



limitrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

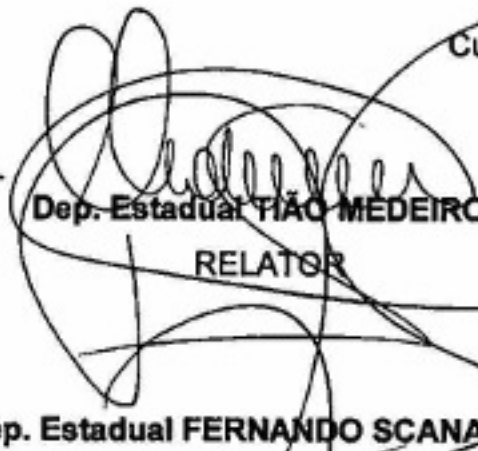
Ademais, no tocante ao mérito, resta evidente que a proposta é de relevante interesse, haja vista ter a finalidade de incluir na Região Metropolitana de Cascavel, o município de Formosa do Oeste, que possui forte ligação funcional e se encontra sob influência polarizada daquela.

Por fim, tendo a proposta recebido parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça, bem como pela Comissão de Assuntos Metropolitanos, além de ser apreciado favoravelmente pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano, não restam óbices ao prosseguimento da proposição.


Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão se manifesta no sentido de emitir parecer **favorável** ao presente Projeto de Lei Complementar.

Curitiba, 29 de junho de 2015.


Dep. Estadual TIAO MEDEIROS
RELATOR


Dep. Estadual FERNANDO SCANAVACA
PRESIDENTE


Praça Nossa Senhora da Salette, s/n

Gabinete 502 – 5º andar – CEP: 80530-911 – Fone: (41)3350-4252

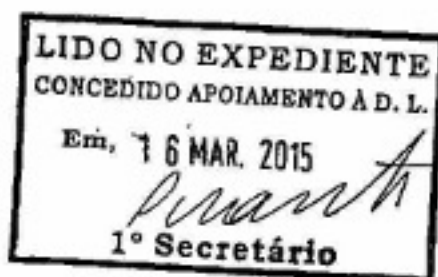
Site: www.tiaomedeiros.com.br – E-mail: contato@tiaomedeiros.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 185/2015



Dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do Município de seu domicílio.

Art. 1º. Ficam obrigadas as empresas concessionárias de pedágio do Estado do Paraná, isentar a tarifa dos veículos de pessoas com doenças degenerativas.

§ 1º. Para se beneficiar da isenção de tarifa, o enfermo deverá comprovar o tratamento de saúde fora do Município de seu domicílio;

§ 2º. Deverá ser comprovado a inexistência de qualquer tratamento similar no Município de seu domicílio;

§ 3º. Deverá ser comprovado a necessidade, periodicidade e prazo de realização do tratamento, por meio de laudo médico.

Art. 2º. As empresas concessionárias de pedágio deverão criar uma identificação para os beneficiados de isenção da tarifa descritos no artigo anterior.

15:06 16/03/2015 001051 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de março de 2015.

Missionário Ricardo Arruda
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

De acordo com a legislação, as doenças consideradas graves são: Aids, Câncer, Cegueira, Contaminação por Radiação, Doença Renal, do fígado ou do coração, Doença de Paget em estados avançados, Doença de Parkinson, Esclerose múltipla, Hanseníase, Paralisia irreversível e incapacitante e Tuberculose ativa. Os portadores dessas doenças, podem conseguir benefícios do governo na compra de veículos, quitação da casa própria financiada pela Caixa Econômica Federal, possuem prioridades em atendimento judicial e podem conseguir que o governo ou plano de saúde custeiem seu tratamento médico.

Devido ao sistema de saúde estadual não possuir um amplo atendimento em todos os Municípios do estado, muitos portadores de doenças graves precisam se deslocar para outras cidades, onde existe um sistema de saúde mais completo, para realizar o seu tratamento.

Para esse tipo de isenção, será necessário que o médico solicitante do encaminhamento do enfermo a ser tratado em outro Município, ateste a real necessidade, periodicidade e prazo do tratamento.

As empresas concessionárias de pedágio criarão uma identificação dos beneficiados, com um prazo de validade igual ao prazo do tratamento de saúde.

Podemos exemplificar aqueles enfermos que tem seu domicílio em Paranaguá e realizam tratamento em Curitiba uma vez por semana, esses tem um custo mensal de R\$ 134,40 somente de pedágio, sem calcularmos combustível e alimentação, isso representa 17% do salário mínimo vigente, um valor que certamente afeta diretamente no orçamento financeiro de qualquer família.

Dessa forma, entendo que a isenção de tarifa nos pedágios é um benefício muito importante para os portadores dessas doenças, pois nessas condições, muitos diminuem significativamente os seus ganhos, dificultando ainda mais o seu tratamento de saúde, quando não existe nenhum tratamento similar no Município de seu domicílio.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre O Projeto de Lei (PL) nº 185, de 2015, que dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio.

Relator: Dep. PEDRO LUPION

I. Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão o PL nº 185, de 2015, de autoria do Deputado Estadual Missionário Ricardo Arruda, que objetiva a isenção do pagamento de pedágio para pessoas portadoras de moléstias graves e/ou degenerativa em tratamento de saúde em município diverso de seu domicílio.

Conforme consta da justificativa apresentada pelo Parlamentar, reputa-se como doenças graves a Aids, Câncer, Cegueira, Contaminação por Radiação, Doença Renal, do fígado ou do Coração, Doença de Paget em estados avançados, Doença de Parkinson, Esclerose múltipla, Hanseníase, Paralisia irreversível e incapacitante e Tuberculose ativa. Assim, conforme a legislação vigente os portadores dessas doenças já possuem direitos reconhecidos por intermédio a exemplo da possibilidade de quitação da casa própria financiada pela Caixa Econômica Federal, assim como prioridade em trâmite nos processos judiciais dentre outros.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Outrossim, menciona que a rede de atendimento de saúde estadual não possui amplo atendimento em todos os municípios do Estado, ao passo que muitos portadores de doenças graves necessitam se deslocar para outras cidades para um tratamento adequado.

Por fim, traz informações técnicas acerca das previsões e formas que se darão as almejadas isenções.

Até a corrente data não consta a apresentação de emendas.

É O RELATÓRIO

ii. Fundamentação

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A¹, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

O PL nº 185, de 2015, não apresenta vício de regimentalidade.

Em relação ao proponente, inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Lei conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65²) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124³).

Acerca da competência, conforme dispõe o artigo 13, inciso XIV da Constituição do Estado do Paraná, compete ao Estado membro, concorrentemente

¹Art. 33-A [RIALEP] Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 25 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

²Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo meu)

³Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



com a União, dispor sobre a *"proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência."*

Com efeito, considerar o caráter social da pretensa legislação no que tange a correlação entre a previsão e o exercício de ir e vir dos portadores de moléstias graves, voltado a compensar as dificuldades vividas pelos portadores de deficiência.

Inclusive este foi o posicionamento foi adotado pelo Supremo Tribunal Federal, ao se manifestar acerca de tema correlato, por intermédio da ADI 2.649, a qual julgou constitucional a Lei nº 8.899, de 1994, que concedeu passe livre às pessoas carentes e portadoras de deficiência, no sistema de transporte coletivo interestadual.

No referido julgado, relatado pela Ministra CARMEN LÚCIA, ressaltou-se a necessidade de adoção de políticas públicas voltadas a amenizar os efeitos das condições experimentadas por tais indivíduos, dando foco não à sua carência material, mas às limitações físicas que lhes causam maior grau de dificuldade de inserção social, de exercício de direitos e do pleno gozo da cidadania.

Ademais, conforme bem ressaltou o autor da proposição, é necessário relevar que o sistema de saúde não possui um amplo atendimento em todos os municípios do Estado, obrigando com que os portadores de doenças grave se desloquem para outras cidades para o sucesso em seu tratamento.

Consigne-se que não vislumbro qualquer ofensa aos artigos 67 e 88 da Constituição Estadual, uma vez que não dispõem sobre a criação e nem sobre a extinção do de Secretarias e órgãos da administração pública, não adentrando na esfera da competência legislativa do Chefe do Poder Executivo. De igual sorte, não interfere na direção superior da administração estadual.

Por fim, entendo que a pretensa legislação não fere os artigos 37, inciso XXI, e 175, da Constituição Federal não gerando desequilíbrio econômico-financeiro ao contrato de concessão, uma vez que o artigo 175, parágrafo único, III, da Carta Magna, dispõe que a política tarifária será estabelecida em Lei, outrossim, se pode estabelecer política tarifária, também pode estabelecer isenção do pagamento de



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



pedágio nas rodovias estaduais, mantendo inalterado o equilíbrio econômico-financeiro.


No tocante a técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, bem como com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. De igual maneira a proposição está em perfeita harmonia com o que determina a Lei Complementar Estadual nº 176, de 2014.

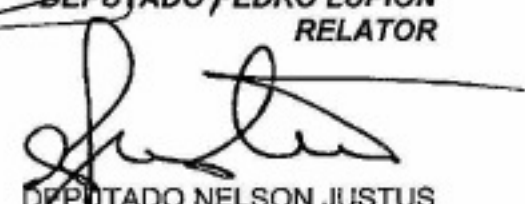
É O VOTO.


iii. Conclusão


Ante o parecer e as razões acima expostas concluo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 185, de 2015, de autoria do Deputado Estadual Missionário Ricardo Arruda.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


VISTA EM 12/05/2015


Dep. Paulo Edson Pracyk,
Gelson de Souza, Bernardino
Carli, Alexandre Curci,
CCJ
e Tiago Amador.

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dep. PR

Edson

APROVADO

9.05.15

Gabinete Parlamentar Deputado PEDRO LUPION

Edifício Tancredo Neves, Praça Nossa Senhora
da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico,
Curitiba, Paraná. CEP 80530-911

Fone (fax): (41) 3350 4006
Internet: www.pedrolupion.com.br
E-mail: dep.pedrolupion@gmail.com



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 185/2015

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Missionário Ricardo Arruda, dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do Município de seu domicílio.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de isentar da tarifa de pedágios, pessoas, portadores de doenças graves e degenerativas, pois nessas condições, muitos diminuem significativamente os seus ganhos, dificultando ainda mais o seu tratamento de saúde, quando não existe nenhum tratamento similar no Município de seu domicílio.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 2015.


DR. BATISTA
Presidente
Relator
NELSON LUBERER



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PARECER

Da COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO sobre O Projeto de Lei (PL) nº 185, de 2015: *Dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do Município de seu domicílio.*

Relator: Dep. FELIPE FRANCISCHINI

i. Relatório

Submete-se, nesta oportunidade, ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei (PL) nº 185, de 2015, de autoria do Deputado Missionário Ricardo Arruda, que dispõe sobre a isenção de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas que façam tratamento em domicílio diverso ao do seu domicílio, anteriormente à submissão à presente Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação foi detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável na sessão do dia 19 de maio de 2015 e também pela Comissão de Saúde, 25 de maio de 2015, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-F.

É O RELATÓRIO

Página 1 de 3



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



ii. Fundamentação

Passo para a análise do mérito a luz do O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:

Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.

Desta feita, o presente projeto de lei, em especial por prever a isenção de pedágio, necessita de análise desta d. Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento na legislação pertinente.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 146, da Constituição Estadual, que dispõe sobre as concessões públicas no Estado do Paraná:

Art. 146. Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

§ 1º. Lei complementar disporá sobre:

1 - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como sobre as



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado;

§ 2º. Nas delegações de novas linhas de transporte coletivo de passageiros, a serem implantadas no Estado, bem como nas renovações e prorrogações das mesmas, é vedada a cláusula de exclusividade.

Ora, resta evidente a possibilidade de se analisar o presente projeto de lei e autorizar a sua regular tramitação, tendo em vista seu mérito bastante importante para a garantia do direito de ir e vir, constitucionalmente garantido, em especial aos portadores de doenças graves e degenerativas em nosso Estado.

É O VOTO.

III. Conclusão

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 185, de 2015, de autoria do Deputado Missionário Ricardo Arruda.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2015.

Dep. Paulinho

DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI
RELATOR

TIAO

DEPUTADO MARCIO PALIKI
PRESIDENTE

Dep. Pastor

Página 3 de 3



PROJETO DE LEI 458/2015

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Autorização para o Poder Executivo
efetuar a desafetação de trechos da
Rodovia Estadual PR-565 e a
efetuar a doação dos mesmos ao
Município de Porto Barreiro.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a desafetar os segmentos dos trechos da Rodovia Estadual PR-565, sob os códigos do Sistema Rodoviário Estadual a seguir discriminados:

I – 565S0010EPR de extensão de 0,34 km do trecho, iniciando no ponto de coordenadas (-25°32'09,68", -52°24'20,38"), finalizando no ponto 1484 (-25°32'20,18", -52°24'17,87"), com faixa de domínio de 50 metros;

II – 565N0020EPR de extensão de 0,67 km do trecho, iniciando no ponto 1484 (-25°32'20,18", -52°24'17,87"), finalizando no ponto 1304 (-25°32'39,18", -52°24'29,13"), com faixa de domínio de 50 metros; e

III – 565N0030EPR de extensão de 1,01 km do trecho, iniciando no ponto 1672 (-25°33'30,94", -52°24'53,76"), finalizando no ponto de coordenadas (-25°32'39,18", -52°24'29,13"), com faixa de domínio de 50 metros.

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, a doar, ao Município de Porto Barreiro, os segmentos de trechos da Rodovia referida no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 027 /2015

Curitiba, 12 de junho de 2015



PARANÁ

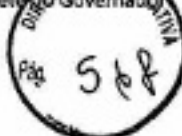
LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDIDO APOIAMENTO À D. 1

Em, 16 JUN. 2015

1º Secretário

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,


Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a desafetar os segmentos dos trechos da Rodovia Estadual PR-565, sob os seguintes códigos do Sistema Rodoviário Estadual: 565S0010EPR de extensão de 0,34 km do trecho, iniciando no ponto de coordenadas (-25°32'09,68", -52°24'20,38"), finalizando no ponto 1484 (-25°32'20,18", -52°24'17,87"), com faixa de domínio de 50 metros; 565N0020EPR de extensão de 0,67 km do trecho, iniciando no ponto 1484 (-25°32'20,18", -52°24'17,87"), finalizando no ponto 1304 (-25°32'39,18", -52°24'29,13"), com faixa de domínio de 50 metros; e 565N0030EPR de extensão de 1,01 km do trecho, iniciando no ponto 1672 (-25°33'30,94", -52°24'53,76"), finalizando no ponto de coordenadas (-25°32'39,18", -52°24'29,13"), com faixa de domínio de 50 metros.

A municipalização deriva da solicitação formal do Município de Porto Barreiro, referendada pela Declaração de Anuência anexada às fls. 35 do protocolado nº 12.522.298-6, por meio da qual o município expressa a sua concordância com a absorção dos segmentos dos trechos rodoviários em questão.

Importante ressaltar que, conforme a citada Declaração de Anuência, as despesas de construção e manutenção (investimentos e custeio) a serem realizadas nos trechos após a exclusão do Sistema Rodoviário Estadual, serão de total responsabilidade do Município de de Porto Barreiro e não poderão, sob qualquer alegação, serem reclamadas ou terem solicitação de restituição, seja administrativa ou judicialmente.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecê-la, é feita anexação de cópia das principais peças do processo protocolado que deu origem ao anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.522.298-6

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 16/06/2015

Presidente





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 458/2015

Projeto de Lei nº 458/2015 - *mensagem 027/2015*

Autor: Poder Executivo

Autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação de trechos da Rodovia Estadual PR-565 e a efetuar a doação dos mesmos ao Município de Porto Barreiro.

**DESAFETAÇÃO DE TRECHO
RODOVIÁRIO ESTADUAL E DOAÇÃO
AO MUNICÍPIO DE PORTO
BARREIRO. INICIATIVA PRIVATIVA
DO PODER EXECUTIVO.
POSSIBILIDADE. ARTS. 33 E 124 DO
REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS.
10, 65 E 87 DA CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL. ART. 1º DO DECRETO
2.706/2011. LEI COMPLEMENTAR Nº
95/98. - CONSTITUCIONALIDADE.
PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 027/2015, visa a desafetação de trecho rodoviário estadual da PR-565 e doação do mesmo ao Município de Porto Barreiro.

Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Cumprе salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

No que tange ao objeto do projeto em tela, observa-se que o objetivo é desafetar o trecho rodoviário estadual, descrito no projeto.

Neste sentido, cumpre salientar que a *desafetação* é ato pelo qual o Poder Público retira do bem sua destinação de uso comum, cuja iniciativa é do Poder Executivo.

Nas palavras de José Cretella Júnior, é o *"fato ou a manifestação de vontade do Poder Público mediante a qual o bem do domínio público é subtraído à dominialidade pública para ser incorporado ao domínio privado, do Estado ou do administrado."*¹

No presente caso, frise-se, a desafetação é expressa, pois emanada de manifestação de vontade da administração que a concretizará, por meio de lei.

Diante disso, trata-se de competência do Poder Executivo, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, prevista pelo Decreto nº 2706/2011, artigo 1º, que determina as atribuições de planejamento, execução, coordenação e controle das atividades relativas à justiça, cidadania e direitos humanos, conforme segue:

¹ Cretella Júnior apud DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Atlas. São Paulo, p. 4429. 1996.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 1º A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, nos termos da Lei nº 16.841, de 28 de junho de 2011 constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de natureza substantiva, para orientação técnica especializada, planejamento, coordenação, fiscalização, controle e execução das atividades do setor de infraestrutura e logística no Estado.

Parágrafo único. O âmbito de atuação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL refere-se aos modais de transporte: rodoviário, ferroviário, aeroviário, aquaviário, dutoviário e edificações de prédios públicos.

Ademais, quanto à doação dos segmentos especificados no artigo 2º do projeto em tela, perfeitamente possível ante a previsão do artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná, adiante transcrito:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Sendo assim, verifica-se que a iniciativa legislativa do Poder Executivo está perfeitamente dentro da constitucionalidade e legalidade, necessárias.

Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 458/15

Projeto de Lei nº. 458/2015

Autor: Poder Executivo

Súmula: Mensagem nº 27/2015 – Autorização para o Poder Executivo a efetuar a Desafetação de trechos da Rodovia Estadual PR-565 e doação dos mesmos ao Município de Porto Barreiro.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Poder Executivo, através da mensagem de lei nº 27/2015, que dispõe sobre autorização para o Poder Executivo efetuar a desafetação de trechos da Rodovia Estadual PR-565 e doação dos mesmos ao Município de Porto Barreiro, anteriormente à submissão à presente Comissão de Obras foi detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável na sessão do dia 23 de junho de 2015, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-F.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.

Desta feita, o presente projeto de lei, em especial por prever uso de bem público e sua desafetação, necessita de análise desta d. Comissão de Obras, Transportes e Comunicações.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento na legislação pertinente.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 10, da Constituição Estadual, que dispõe sobre a alienação e cessão dos bens pertencentes ao Estado:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



Ora, resta evidente a possibilidade de se efetivar a pretendida desafetação, desde que atendidos os requisitos legais para tanto.


No mérito, da análise do presente projeto de Lei, recomenda-se apenas, para dar cumprimento aos requisitos legais, a anexação, antes de sua aprovação, da matrícula do imóvel ou outro documento hábil que comprove a descrição do imóvel contido na mensagem de lei.

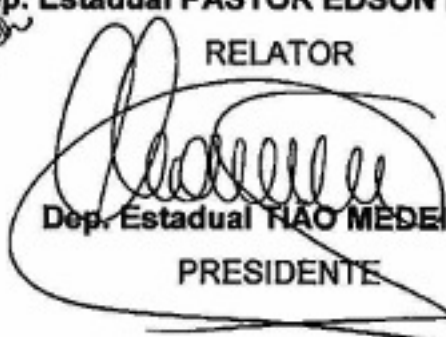
Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.


CONCLUSÃO


Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa, desde que atendida a solicitação retro.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2015.


Dep. Estadual PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR


Dep. Estadual NAO MEDEIROS
PRESIDENTE


Dep. Estadual Francisco


Dep. Estadual


Dep. Estadual